

DOI: 10.46943/IV.CONBRALE.2022.01.049

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: (DES) CONSTRUINDO CAMINHOS MEDIANTE O CONTEXTO DE PANDEMIA E ISOLAMENTO SOCIAL

FRANCIÉLIA SARAIVA ALVES RODRIGUES¹
TATIANY DOS SANTOS LIMA²
SANDRA MARIA GADELHA DE CARVALHO³

RESUMO

O presente artigo apresenta uma análise sobre o processo de alfabetização e letramento no contexto de pandemia e isolamento social, refletindo os caminhos que foram necessários (des) construir. Com o isolamento social e o fechamento das escolas, criou-se o chamado ensino remoto como alternativa de dar continuidade às aulas suspensas no período pandêmico. Com isso, um novo arsenal educacional se configurou, trazendo consigo muitos desafios. O objetivo deste estudo é compreender como se deu o processo de alfabetização e letramento, nesse novo formato de ensino remoto. Partimos das seguintes indagações: Foi possível alfabetizar as crianças durante a pandemia? Que caminhos e descaminhos o sistema remoto trouxe ao processo de alfabetização e letramento? Como metodologia, optou-se pela pesquisa qualitativa (MINAYO, 2001), com uso da pesquisa bibliográfica, baseado em estudos de autores como: Kleyman (2008), Freire (2017), Soares (2020) e Cosson (2021). Também realizamos um estudo de caso com uma turma dos

1 Mestranda do Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino (MAIE) da Universidade Estadual do Ceará- UECE, autorprincipal: saraiva.rodrigues@aluno.uece.br

2 Mestranda do Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino (MAIE) da Universidade estadual do Ceará- UECE, coautor1: tatiany.santos@aluno.uece.br

3 Pós-doutora, Professora do Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino (MAIE) da Universidade Estadual do Ceará- UECE, coautor2: sandra.gadelha@uece.br

anos iniciais, de uma escola pública, situada no município de Morada Nova, Ceará. Assim, viabilizamos um importante debate acerca dos principais desafios educacionais em tempos de pandemia, refletindo as lacunas deixadas pelo ensino no formato remoto e apontando o que foi possível ao legado educacional no tocante ao processo de alfabetização e letramento.

Palavras-chave: Alfabetização, Letramento, Pandemia, Ensino remoto.

1. INTRODUÇÃO

A rápida propagação no planeta da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (SARS-COV-2), levou a Organização Mundial da Saúde (OMS), no dia 11 de março de 2020 a classificar como Pandemia o surto desta doença. A Covid-19 foi identificada pela primeira vez em humanos em dezembro de 2019, em Wuhan, na China. Em menos de um ano, o número de mortos espalhados pelo mundo, era assustadores. A inexistência de vacinas e medicamentos cientificamente comprovados para, respectivamente, prevenir e tratar a doença levou o mundo a uma crise sanitária sem precedentes.

Medidas de controle e prevenção social foram adotadas como forma de conter a propagação do vírus e conseqüentemente o número de infectados. Dentre estas medidas, estavam as quarentenas e os lockdowns. Fazia-se necessário e urgente o isolamento social para evitar a disseminação em larga escala do novo coronavírus.

Os sistemas de saúde sentiram o impacto, tendo que adaptar diferentes espaços para abrigar o elevado número de pessoas contaminadas que necessitavam de internações nas unidades hospitalares.

Assim como a saúde, os sistemas educativos também sentiram os efeitos da pandemia. Relatório do Banco Mundial mostra que cerca de 1,4 bilhão de estudantes ficaram fora da escola. Diante desse cenário, diversos países, dentre eles, o Brasil, recorreram à educação à distância (EAD), no formato de ensino remoto emergencial. As diversas formas de transmissão das aulas envolviam desde videoaulas, uso de plataformas com aulas assíncronas e síncronas, programas educativos veiculados por televisão e rádio, dentre outros.

Muitos questionamentos surgiram, em especial ao que diz respeito à implementação das aulas por meios digitais para a educação infantil observada as especificidades dessa faixa etária, cujas interações e as brincadeiras constituem os eixos estruturantes do ensino-aprendizagem.

Nos anos iniciais, o ensino remoto trouxe inúmeros desafios e vários debates acerca do processo de alfabetização e letramento foi centro de discussões entre profissionais da área, dentre estes, os profissionais docentes. Para melhor exemplificarmos, começaremos com um breve relato sobre esses conceitos.

Os termos alfabetização e letramento são bastante difundidos no cenário educacional atual. Embora, o processo de alfabetização, historicamente venha sendo estudado há mais tempo, um recorte anterior aos anos 80, nos mostra que mudanças conceituais e metodológicas

ocorreram principalmente em torno dos métodos (sintéticos/analíticos), mesmo que em ambos os casos prevaleça o mesmo objetivo, o domínio do sistema de escrita alfabético.

Com o surgimento a partir dos anos 80, da Psicogênese da Língua Escrita, difundida, sobretudo, com a abordagem construtivista de Emília Ferreiro, mudanças significativas ocorreram na área da alfabetização. Novas concepções do processo de aprendizagem surgiram, distinguindo-se a aprendizagem do sistema de escrita e as práticas efetivas de leitura e escrita. O foco passa então para o processo em que a criança constrói o sistema de representação dos sons da fala por meio dos sinais gráficos, tornando-se alfabética. A ênfase volta-se para a importância das interações com práticas sociais diversas de leitura e escrita, culminando com o que posteriormente, conceituou-se de letramento. Diversas críticas surgiram ao construtivismo, principalmente pela postura no âmbito educacional de tornar as práticas de leitura e escrita, letramento, preponderantes às atividades de alfabetização.

Porém, não cabe aqui fazer esta análise, e sim contextualizar tanto o conceito de alfabetização, como letramento com o objetivo de compreender como as crianças são alfabetizadas, dentro de uma perspectiva mais ampla, entendendo esses termos como partes indivisíveis de um mesmo processo.

Assim, alfabetização e letramento são processos distintos, porém são interdependentes.

Segundo Soares (2020):

Alfabetização e letramento são processos cognitivos e lingüísticos distintos, portanto, a aprendizagem e o ensino de um e de outro é de natureza essencialmente diferente; entretanto, as ciências em que se baseiam esses processos e a pedagogia por elas sugeridas evidenciam que são processos simultâneos e interdependentes. A alfabetização- a aquisição da tecnologia da escrita- não precede nem é pré-requisito para o letramento, ao contrário, a criança aprende a ler e escrever envolvendo-se em atividades de letramento, isto é, de leitura e produção de textos reais, de práticas sociais de leitura e de escrita. (SOARES, 2020, p. 27).

Diversos autores dialogam a respeito desses conceitos. Dentre eles, Kleiman (2008), define letramento como conjunto de práticas sociais que utiliza a escrita como sistema simbólico, em contextos e objetivos específicos. Para Tfouni (2017), o processo de alfabetização não se finda,

uma vez que a sociedade está em constante mudança e isso pressupõe mudanças na instrução formal. Paulo Freire alarga a visão de alfabetização, concebendo-a numa visão mais ampla. Para ele, “[...] a leitura de mundo precede a leitura da palavra”. (FREIRE, 2017, p. 10).

Diante do exposto, este trabalho busca compreender como se deu o processo de alfabetização e letramento diante do contexto de pandemia e isolamento social, com base no ensino remoto. Inúmeros questionamentos nos impulsionaram, principalmente no que tange ao trabalho do professor alfabetizador e aos resultados alcançados. Assim, indagamos: Foi possível alfabetizar e envolver as crianças em práticas sociais de escrita durante a pandemia? Que caminhos foram necessários (des) construir no tocante ao processo de alfabetização e letramento, levando em conta o ensino remoto?

O presente estudo mostra-se relevante diante da iniciativa de entender como se estruturou o novo cenário educacional, especificamente a alfabetização/letramento, como práticas de interações sociais, mediante o cerceamento do convívio social, ocasionado pela pandemia do COVID-19. Além de proporcionar um debate acerca das novas condições de trabalho do professor alfabetizador que precisou se reinventar e buscar alternativas para ministrar suas aulas. E ainda, discutir novas propostas e recomposições de ensino que possam contribuir para sanar as lacunas deixadas pelo ensino remoto durante o período pandêmico.

Para o desenvolvimento deste estudo, optamos pela pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico e pautado num Estudo de Caso com uma turma dos anos iniciais de uma escola pública do município de Morada Nova – Ce. Coletamos dados por meio de questionário, aplicado através do Google Forms a professora alfabetizadora, como também uma das mães dos alunos da turma em estudo.

Pelas discussões abordadas, vimos que um grande número de crianças não teve acesso ao ensino escolar durante o período da pandemia, dada as condições diversas: falta de equipamentos tecnológicos, conexão com internet, pouca compreensão dos meios e propostas de ensino online.

Desafios imensos também por parte dos professores alfabetizadores que tiveram que lidar com o novo formato de ensino culminaram com dificuldades de acesso, conhecimento para manusear as plataformas e mídias tecnológicas.

Disto depreendeu-se a ineficácia do ensino remoto, como alternativa de continuar as aulas no contexto do isolamento social, imposto pela pandemia do COVID-19.

Fica evidente, diante deste cenário, quanto à escola pública brasileira não está preparada para enfrentar um momento de crise como este, trazendo reflexões diversas no tocante a necessidade de políticas por parte do poder público, voltadas à produção de conhecimento, à melhoria da formação docente, à redução das desigualdades sociais e à democratização do ensino.

É notório que o pós-pandemia trará mudanças profundas na educação, principalmente ao que concerne ao uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), mas por outro lado, amplia as desigualdades de acesso a essas tecnologias por parte dos alunos. O debate é para uma escola que precisa se firmar num contexto de (re) existência diante da precariedade do ensino remoto, em especial o público, com tantos retrocessos e desvalorização docente.

METODOLOGIA

O presente estudo segue uma abordagem qualitativa, caracterizando-se por apresentar aspectos da realidade relacionados ao “universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes” (MINAYO, 2001, p. 14), observando-se e analisando as informações de maneira indutiva. Nos propomos a um estudo de natureza teórica, por meio da pesquisa bibliográfica, voltados a levantamento de dados conceituais e fontes teóricas. Segundo Lakatos e Marconi (2010):

A pesquisa bibliográfica [...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, etc., até meios de comunicação oral: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debate que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas (LAKATOS E MARCONI, 2010, p. 166).

Também realizamos um Estudo de Caso, com base na investigação de uma turma dos anos iniciais, de uma escola pública, situada no Município de Morada Nova- Ceará, a fim de levantar hipóteses válidas que venham consolidar as construções teóricas suscitadas pelos sujeitos participantes.

A coleta de dados foi realizada mediante aplicação de questionário para a professora da referida turma, através do Google Forms, com perguntas abertas, relacionadas à temática em estudo.

A análise dos dados pauta-se no entendimento da singularidade dos fenômenos, com base interpretativa dos resultados.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Ensino remoto: potencialização das desigualdades educacionais

O ensino remoto mediado por plataformas tecnológicas, aparelhos celulares, rádio, televisão vem sendo amplamente propagada como meio de construir uma educação em meio à crise sanitária, causada pela pandemia. Muitos estudos mostram que a era tecnológica veio para ficar e fazer parte da nova realidade pós-pandemia. Contudo faz-se necessário observarmos como está sendo gerido o direito constitucional à educação.

A Constituição Federal (Brasil, 1988), garante que a educação é direito de todos (Art. 205, *caput*) e ressalta como um dos seus princípios: “a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. (Artigo 206, Inciso I).

Porém, o que se tem evidenciado é uma acentuada desigualdade histórica, estrutural e educacional no nosso país. O ensino mediado por tecnologias digitais tem contribuído para revelar as diferentes realidades de estudantes, da escola pública, aumentando ainda mais essas desigualdades. Com isso, a negação do direito à educação, bem como a permanência e o acesso a mesma, corroboram para a perpetuação de uma sociedade injusta e antidemocrática.

Observar o entorno em que essas aulas remotas circunscrevem-se é primordial para entendermos o panorama educacional. Muitos estudantes tiveram familiares doentes, em alguns casos, perdas de parentes, assim como conviveram com a fome, o desemprego dos pais, a insegurança física e mental, entre outros. Vemos que o problema vai além das condições de ter dinheiro ou não para comprar um pacote de dados para acessar às aulas remotas.

A crise sanitária acelerou ainda mais o estado de extrema pobreza econômica vivida por milhares de estudantes, que em muitos casos dependiam da merenda escolar como garantia de refeição diária. Somado a isso, agravaram-se ainda mais a precariedade aos sistemas de saúde, moradia, trabalho, saneamento básico, etc.

É salutar dizer que a maior parte dos estudantes brasileiros, principalmente os mais pobres e vulneráveis, não tiveram acesso ao ensino remoto, afirmando a estrutura massificadora e marginalizada de uma parcela da sociedade excluída.

Essa situação gera quadros ainda mais agravantes de vulnerabilidade social, excepcionalmente impostas pelas barreiras criadas ao direito de acesso e à permanência na escola.

Cabe salientar que compartilhamos do pensamento de Saviane e Galvão (2021) de que a adesão ao ensino remoto é uma opção política que se consolida numa narrativa falaciosa pela qual não se tinha outra alternativa. Conforme expressa o autor:

Empurradas para um suposto beco sem saída, comunidades escolares, incluindo famílias, se viram sem alternativas, e devemos admitir, o avanço do neoprodutivismo e suas variantes [...], desde a década de 1990, em muito contribuiu para o esvaziamento da importância da educação escolar e dos conteúdos de ensino. Por isso, buscamos demonstrar que a “falta de opção” não foi a inexistência de possibilidades, mas uma escolha política. (SAVIANE; GALVÃO, 2021, p. 38)

O contexto da pandemia só evidencia ainda mais o desmonte da educação pública que há anos luta pela democratização do ensino numa sociedade marcada pelo projeto de educação elitista, segregário e excludente.

É necessário contestar o pensamento que tenta naturalizar as desigualdades educacionais. Pensamento esse, carregado de preconceitos de inferioridade e descaso com a instrução e educação de maneira geral ao educandos das classes menos favorecidas.

A exclusão digital é apenas uma faceta dentro da amplitude de negação e cerceamento de direitos à educação de qualidade que respeite e oriente seus educandos a tornarem-se sujeitos históricos atuantes na sociedade.

É visível diante desse contexto educacional a falta de investimento em políticas públicas que atenda as necessidades educacionais da maioria dos estudantes. A ausência dessas políticas culmina cada vez mais com o aumento da exclusão digital, potencializada pelo ensino remoto, além de inviabilizar o acesso e a permanência dos alunos na escola.

Reiteramos que devemos construir um pensamento digno de luta por melhorias educacionais, sustentada pela lógica de um projeto educacional democrático, emancipatório e de inclusão social.

3.2 Estudo de Caso: um olhar para a realidade

Com base no resultado do Estudo de Caso realizado por meio de questionário via Google Forms a professora (com formação em Pedagogia), como também a uma mãe de aluno, dos anos iniciais, de uma escola pública situada no município de Morada Nova - Ce, tecemos algumas discussões no tocante ao processo de alfabetização e letramento no contexto de isolamento social, ocasionado pela pandemia.

Ao ser indagada sobre os caminhos que foram necessários construir e também desconstruir em relação ao ensino remoto, a professora teceu o seguinte comentário:

“Nós professores tivemos que nos reinventar. Primeiro, entendermos a nossa pouca ou quase nenhuma capacidade de darmos aula pela tela, muitas vezes pelo celular. Depois, compreendermos o devido esforço que teríamos que fazer para encontrarmos metodologias eficientes para fazer primeiro nossos alunos assistirem às aulas e, ainda, apreender o conteúdo abordado. Algo praticamente impossível de acontecer”.

Pela fala da professora observamos que o ensino remoto é uma ferramenta metodológica pouco conhecida e mesmo inutilizável até o momento. Um olhar com certa estranheza, como podemos depreender pela quase incapacidade de ministrar aula pela tela, referindo-se aos equipamentos tecnológicos. Vimos aqui, por outro lado, a capacidade reiterada pela professora da necessidade de reinventar-se, rompendo com os limites da aula presencial para adentrar ao mundo das telas, ou seja, da era tecnológica. Novos caminhos foram construídos, na busca de metodologias eficientes, diferentes das habituais em sala de aula presencialmente. Caminhos antes percorridos, pelo chão da escola, agora são desconstruídos para abrigar a sala virtual. Um mundo de incerteza em relação ao novo.

Ao ser indagada sobre os desafios enfrentados durante a pandemia como professora alfabetizadora, relatou:

“Muitos foram os desafios. Falta de ferramentas tecnológicas para nós professores e principalmente para os nossos alunos; Falta de conexão com a internet, a maioria dos alunos não tinham; A falta de interação dos alunos nas atividades propostas; pouquíssimos alunos presentes nas aulas e tantas outras”.

Percebemos que a ausência de interação nas aulas virtuais, seja motivada pela falta de internet ou pelo não envolvimento por esse tipo

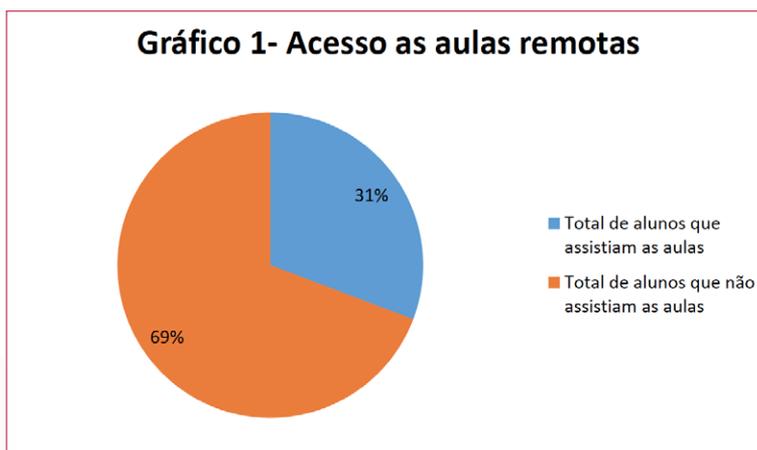
de aula, ocasionou o esvaziamento dos alunos nas aulas e dessa maneira não houve, ou quando houve, mas de forma bem reduzida, a interação entre alunos e professora. Daí, nota-se que as práticas de alfabetização e letramento ficaram prejudicadas ou praticamente ineficientes, uma vez que esses alunos não assistiram e não interagiram de modo contínuo durante as aulas remotas. Sabemos que a imersão da criança em ambientes socioculturais em que a leitura e a escrita têm papéis centrais ocorre mesmo antes de sua entrada na escola, por meio das experiências com a língua escrita, seja em contextos sociocultural, como também familiar. (SOARES, 2020).

Porém, é pela interação entre os processos de aprendizagem mediada pelo ensino sistematizado, em contexto escolar, que a criança vai se apropriando do sistema de escrita alfabética, ou seja, do princípio alfabético. Nas palavras de Soares (2020):

É pela interação entre seu desenvolvimento de processos cognitivos e linguísticos e a aprendizagem proporcionada de forma sistemática e explícita no contexto escolar que a criança vai progressivamente compreendendo a escrita alfabética como um sistema de representação de sons da língua (os fonemas) por letras- apropria-se, então, do princípio alfabético. (SOARES, 2020, p. 51).

Outrora, o contato dessas crianças com textos escritos ou de veiculação social, ficou cada vez mais ineficiente, pois a maioria não dispõe de acervo em casa ou ainda não convivem com pessoas que tenham hábitos de leitura diária. Nota-se, portanto, um distanciamento em relação ao processo de alfabetização/letramento durante o período de pandemia, onde o meio principal de veiculação das aulas era o ensino remoto, culminando com a inacessibilidade dos alunos a essas aulas.

Com base nas informações da professora, que nos relatou que na sua turma havia 26 alunos, com faixa etária entre 6 e 7 anos, crianças de famílias com dificuldades econômicas, tecnológica e estrutural, um pequeno número de crianças participavam das aulas remotas. Destas, apenas oito crianças acessavam as aulas remotas de forma contínua. Como podemos observar no gráfico abaixo:



Fonte: Elaborado pela autora.

Cabe salientar, que algumas crianças por não terem acesso a plataforma de ensino, pelos motivos já relatados anteriormente, levavam blocos de atividades direcionadas para resolverem em casa e depois serem entregues como meio de garantir a permanência dos estudos. Porém, eram poucos os casos em que a família devolvia as atividades ou ainda davam a assistência necessária ao desenvolvimento satisfatório destas atividades.

Diante da observação acima, nos veio a propósito, o seguinte questionamento à professora alfabetizadora: Foi possível alfabetizar/letrar as crianças através do ensino remoto, durante a pandemia? Ao que ela respondeu:

“Na minha opinião, não foi possível de forma nenhuma”.

Como visto pelo exposto, a dificuldade de acesso pelas crianças as aulas remotas foi um dos problemas mais vigentes ao ensino escolar, em tempos de pandemia. E esse fator veio corroborar para que mais da metade da turma, um percentual expressivo, 69%, no caso da turma em estudo, ficasse sem estudar durante esse período. Precisamos frisar, que essas crianças ficaram praticamente dois anos sem estudar, sem acesso a material concreto de escrita e leitura que fosse de fato mediado por práticas pedagógicas por um(a) professor(a) alfabetizador(a). Não é preciso dizer que esse fato gera inúmeras lacunas, como por exemplo, emocionais, afetivas, sociais e cognitivas na vida dessas crianças.

As diversas etapas de aprendizagem do sistema alfabético, bem como o letramento, enquanto processos indissociáveis, requerem

práticas constantes de construção do conhecimento e nesse sentido, a escola desempenha papel fundamental. Soares (2020) nos mostra que:

[...] a criança, em função de seu contexto sociocultural, traz para a escola conhecimentos prévios sobre a escrita e seus usos, vai elaborando progressivamente concepções sobre o sistema alfabético, precisa desenvolver, para essa elaboração, consciência fonológica e fonêmica, conhecimento das letras, e se apropria do princípio alfabético e dos usos da língua escrita no ritmo de seu desenvolvimento cognitivo e linguístico, sob uma orientação que compreenda como ela aprende, como evolui a interação entre ela e o sistema alfabético, na totalidade do processo de aprendizagem da língua escrita que envolve não só a apropriação do sistema alfabético, mas também a compreensão dos usos desse sistema: a leitura, a interpretação e produção de textos- o letramento. (SOARES, 2020, p. 288).

Desse modo, para que tenhamos uma criança leitora e produtora de textos, é preciso orientá-la no percurso desse caminho. Uma aprendizagem focada na criança: “como a criança aprende, para orientar como vou ensinar”. (SOARES, 2020, p. 290).

Aqui cabe tecer um breve comentário sobre a importância do papel do professor, principal elo de articulação do ensino remoto e mola propulsora de mediação da aprendizagem leitora e de produção da escrita. Sobre o papel dos docentes, frente ao contexto de transformações, Libâneo (2011), afirma que estes:

[...] assumem uma importância crucial ante as transformações do mundo atual. Num mundo globalizado, transnacional, nossos alunos precisam estar preparados para uma leitura crítica das transformações que ocorrem em escala mundial. Num mundo de intensas transformações científicas e tecnológicas, precisam de uma formação geral sólida, capaz de ajudá-los na sua capacidade de pensar cientificamente, de colocar cientificamente os problemas humanos (LIBÂNEO, 2011, p. 03).

Reiteramos que a pandemia do COVID-19 trouxe inúmeras transformações, dentre elas, socioemocionais, educacionais, afetivas, econômicas, tecnológicas, etc, as quais interferem na aprendizagem e no desenvolvimento das nossas crianças. E o professor precisa de um novo olhar diante

de todas essas transformações, olhar esse, crítico e ao mesmo tempo acolhedor, para que possa propiciar uma aprendizagem significativa.

Não obstante, a tudo isso o ensino remoto revela a desigualdade de acesso às tecnologias, evidenciando quão grande é a exclusão por parte de uma parcela da sociedade. Não dispor de meios e recursos para acompanhar as aulas ou ter que dividir o mesmo aparelho, na maioria das vezes um celular, com os irmãos, foi a realidade da maioria das crianças observadas neste estudo. Quando tinha um aparelho precisava alternar os dias de estudo com os irmãos. Ao nos responder sobre o que mais dificultou o acesso dos filhos às aulas, uma mãe discorreu:

“Primeiro eu só tenho um celular. Aí quando chega a hora da aula não dá pra assisti porque os meninos estuda no mesmo horário. Aí eu dava pro mais velho porque era mais difícil e o outro ficava sem ver a aula. Depois a internet é fraca e também o celular trava muito”.

Conversamos com os respondentes (professora e mãe de aluno) sobre o tempo/rotina destinado(a) as aulas remotas e como eram organizados os espaços em casa para esse momento. A professora relatou que:

“O tempo era reduzido para não tornar a aula muito cansativa para a criança que precisava ficar diante das telas. Em casa, preparei um espaço com lousa e alguns materiais expostos ao fundo. Mas mesmo com as aulas reduzidas, minha rotina era exaustiva, tive de ir na casa de alguns, com consentimento da família, pois tinha muita dificuldade, sem falar que a todo momento, os pais mandavam mensagem pelo whatsapp perguntando sobre as tarefas e outras dúvidas”.

Já uma mãe falou:

“O tempo era mais ou menos uma hora e meia, quando dava certo entrar na aula. Tinha as tarefas para fazer também, mas as vezes não ficava até o final. Assistia a aula na sala ou no quarto e nem sempre dava pra mim vê porque tinha as obrigações para fazer em casa”.

Vimos que a rotina foi modificada com as aulas remotas. Principalmente para o docente, pois como a professora relatou acima, ficava à disposição da família da criança para dar assistência e sanar possíveis dúvidas. A falta de espaço apropriado em casa para as crianças assistirem às aulas remotas também dificultou esse processo, pois ficava em espaços diferentes, em muitos casos sem privacidade, com as pessoas transitando de um cômodo a outro, dificultando a concentração da criança. Acreditamos que o espaço é o terceiro alfabetizador, um

ambiente rico de interações e aprendizagens, e portanto, fundamental no processo de alfabetização e letramento. Na realidade percorrida, percebemos a ausência deste espaço, o que dificultou ainda mais a inserção das crianças ao mundo letrado. Outro fator muito pertinente era o fato de que a criança, em muitos casos, acompanhava as aulas sozinha, sem o apoio de um adulto, pois como a mãe disse no relato, precisava cuidar da casa e, a criança, sozinha, tinha que dar conta de manusear o dispositivo que usava para a aula, como também seguir os comandos da professora e utilizar os materiais usados pela professora na aula, como livros e outros materiais concretos, como recurso pedagógico usado nas aulas. O que poderia ser visto como tomada de iniciativa e desenvolvimento da autonomia, acaba na verdade, desestruturando a organização do pensamento da criança e gerando uma série de estresse por não conseguir de fato gerenciar as informações e acompanhar o raciocínio da professora naquele momento.

Foi oportuno nesse momento, indagarmos tanto à professora como a uma mãe de aluno, sobre como se sentiram durante as aulas remotas, tomando em conta o contexto geral experienciado pela pandemia do COVID-19. A professora comentou:

“ Me senti muito sobrecarregada. Primeiro porque não tinha experiência com aula remota. Além disso não tinha o suporte que era necessário. Preparava uma aula e na hora quase ninguém entrava para assistir. Ainda tinha que conviver com toda insegurança dessa doença que causava ansiedade quanto ao futuro”.

A mãe de um aluno da turma relatou:

“ Fiquei muito sobrecarregada, pois além de ter que dar de conta das obrigações de casa, precisava prestar atenção se o filho tava estudando, se tava acompanhando direitinho, tinha que dá suporte pra ele. Também passei por perdas devido essa doença com meu pai. Aqui em casa todo mundo adoeceu, foi muito difícil e chegou uma hora que eu não tinha mais cabeça pra colocar meu filho pra assistir aula. Fiquei vários dias em choque e ansiosa e meu filho também. Acho que o momento não dava mais para ter aula. Na minha cabeça estava tudo confuso. Só queria que tudo isso passasse logo”.

Percebemos pelos relatos acima como foi conflitante esse momento. Perdas, pessoas doentes, medo, incertezas quanto ao futuro, ansiedade, cobranças, um misto de pesadelos internos e externos. Parece que na cabeça da mãe, o momento não era mais nem de ter aula, mas

de sobreviver mesmo. Momento de resistir a tudo que amedrontava e matava. Além da COVID-19, outras doenças se somaram, trazendo inúmeros traumas, problemas psicológicos, síndrome do pânico, dentre outras. E diante de tudo isso, a cobrança pela permanência das crianças nas aulas. Talvez por um lado a busca da maturidade das nossas crianças ante tudo isso. O ensino formal que permeou durante a pandemia por meio das aulas remotas, abarcou todo esse contexto. Seria conveniente exigirmos que nossas crianças fossem alfabetizadas/letradas mediante tantos conflitos? A educação terá que descortinar muitos desses dilemas por muitos anos pela frente, não apenas no âmbito tecnológico, mas principalmente de reintegração social, emocional, afetiva e de auto afirmação do sujeito.

A escola além de reprodutora de conhecimento, precisa refletir aspectos da cultura, da sociedade, das experiências e das lutas sociais de uma comunidade. Interagir com o momento histórico e ainda propor mudanças significativas. Subirats (2003) afirma que:

A comunidade-escola não pode ficar reduzida a uma instituição reprodutora de conhecimentos e capacidades. Deve ser entendida como um lugar em que são trabalhados modelos culturais, valores, normas e formas de conviver e de relacionar-se. É um lugar no qual convivem gerações diversas, em que encontramos continuidades de tradições e culturas, mas também é um espaço para mudança. A comunidade-escola e a comunidade local devem ser entendidas, acreditamos, como âmbitos de interdependência e de influência recíprocas, pois [...] indivíduos, grupos e redes presentes na escola também estarão presentes na comunidade local, e uma não pode ser entendida sem a outra. (SUBIRATS, 2003, p. 76).

Sobre a questão da escola oferecer algum suporte, na fala de ambas (professora e mãe de aluno), reportaram aos aspectos tecnológicos, ao que disseram não ter tido suporte por parte da escola, especialmente no que se refere ao aparato tecnológico.

Reconhecemos a importância da escola neste momento como propulsora do conhecimento, bem como da sua relevância na formação integral das nossas crianças. Sabemos que muitas questões ainda demandam uma reflexão mais aguçada e um olhar mais atento quanto a promoção de um ensino de qualidade com igualdade e condições de acesso para todos. É papel da escola gerir o ensino em meio a todos esses conflitos, sem ignorá-los, pois não educa aquele que ignora o momento

em que vive, aquele que pensa estar alheio ao conflito que o cerca. Gadotti (2001).

Ademais a escola é responsável por instigar a curiosidade e a criticidade de seus educandos, considerando-os como sujeitos ativos, tanto do processo de conhecimento, como sujeitos humanos, inscritos numa sociedade em constante mutação. Concordamos com Freire (2014) ao afirmar:

Uma das tarefas essenciais da escola, como centro de produção sistemática de conhecimento, é trabalhar criticamente a inteligibilidade das coisas e dos fatos e a sua comunicabilidade. É imprescindível, portanto, que a escola instigue constantemente a curiosidade do educando em vez de amaciá-la ou domesticá-la. É preciso mostrar ao educando que o uso ingênuo da curiosidade altera a sua capacidade de achar e obstaculiza a exatidão do achado. É preciso por outro lado, e sobretudo, que o educando vá assumindo o papel de sujeito da produção de sua inteligência do mundo e não apenas o de receptor da que lhe seja transferida pelo professor. (FREIRE, 2014, p. 121).

Quanto mais capaz for de se firmar como sujeito que pode aprender, tanto maior será o desempenho e a capacidade que o educando terá para construir sua própria prática cognoscitiva, atuando na sociedade como sujeito crítico, de sonhos e possibilidades rumo ao devir emancipatório.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista, o objetivo do presente artigo, verificou-se serem escassos o processo de alfabetização e letramento no contexto de pandemia e isolamento social. Sobre os métodos de ensino e aprendizagem utilizados nesse contexto, identificou-se uma defasagem no uso dos mesmos, visto que para o desenvolvimento das crianças inseridas nessa conjuntura, seriam necessárias práticas sociais, as quais no ensino remoto não corresponderam ao esperado.

Mediante a análise reflexiva considerou-se que o uso do ensino remoto como estratégia para salvar o ano letivo, relaciona-se de forma desconhecida e desafiadora para a didática do docente. Sobre os resultados escolares dos alunos, não puderam promover um controle no processo de aprendizagem, pois as aulas por telas eram cansativas e por consequência, o tempo das mesmas eram suprimidas, deixando a cargo

das famílias a continuidade desse aprendizado por atividades a serem desenvolvidas para sistematizar o reduzido momento com a professora. Alguns resultados transpareceram que, por vezes, houve várias tentativas de construir ou (des)construir essa caminhada das lacunas deixadas pelo ensino no formato remoto e que não foi possível salvar totalmente o processo de alfabetização e letramento das crianças inseridas nesse contexto.

Quanto ao suporte da escola para com os professores, diante do estudo de caso ficou notório a falta do mesmo, decorrer essa categoria das políticas públicas que envolvem essa realidade em que a educação brasileira enfrenta, demanda um aprofundamento teórico, que seria para outro momento, mas necessário para compreendermos as interrupções que permeiam o ensino.

Por fim, diante do relato, postula-se que novas pesquisas possam ser desenvolvidas sobre a temática, tendo em vista, não apenas a defasagem que ocorreu com o novo formato de ensino, mas principalmente as consequências deixadas por esse período e qual é o papel desempenhado pelas políticas públicas diante desse contexto social, sobretudo o leque de aspectos que atingiram aos discentes e docentes.

REFERÊNCIAS

SOARES, Magda. **Alfaletrar: Toda criança pode aprender a ler e a escrever**. São Paulo: Contexto, 2020.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 49 Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

_____. **A Importância do Ato de Ler** - em três artigos que se completam. 51. Ed. São Paulo: Cortez, 2017.

KLEIMAN, A. B. **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas: Mercado de Letras, 2008.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

TFOUNI, L. V. **Letramento e Alfabetização**. 9. Ed. São Paulo: Cortez, 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus Professor, Adeus Professora? Novas exigências educacionais e profissão docente**. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SUBIRATS, J. "**Educação: responsabilidade social e identidade comunitária**". In: GÓMEZ-GRANELL & VILA (org.). A cidade como projeto educativo. Porto Alegre: Artmed, 2003, p.67-83.

GADOTTI, Moacir. **Educação e poder: Introdução a Pedagogia do Conflito**. 12 Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal/Centro Gráfico, 1988.

POLÍTICAS educacionais na pandemia da covid-19: o que o Brasil pode aprender com o resto do mundo?, 2 abr. 2020. Disponível em: <http://pubdocs.worldbank.org/en/413781585870205922/pdf/POLITICASEDUCACIONAIS-NA-PANDEMIA-DA-COVID19-O-QUE-O-BRASIL-PODE-APRENDER-COMO-RESTO-DO-MUNDO.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2020.

SAVIANI, Demerval; GALVÃO, Ana Caroline. **Educação na Pandemia: a falácia do "ensino" remoto**. Caderno Universidade & Sociedade, ANDES-SN. Rio de Janeiro, Ano XXXI, n. 67, 2021.